



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Assessoria Técnica - SUPEL-ASSEJUR

Parecer nº 314/2020/SUPEL-ASSEJUR

Processo Administrativo: 0033.329195/2019-16

Pregão Eletrônico: 500/2019/KAPPA/SUPEL/RO

Interessado: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS

Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de material de consumo para fabricação de materiais esportivos, para atender o Projeto Pintando a Liberdade (PPL), vinculado ao Núcleo de Capacitação (NUCAP), que compõe a Gerência de Reinserção Social (GERES/SEJUS/RO).

Valor Estimado: R\$ 87.697,88 (oitenta e sete mil seiscentos e noventa e sete reais e oitenta e oito centavos)

1. Trata-se de pedido formulado via e-mail pela empresa **KRIPTON INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA – ME** (10287787) contra a classificação da proposta da empresa **EPIS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI**, para os itens 1 e 2 do certame.
2. Consoante informado pela i. Pregoeira, foi concedido o prazo de 03 (três) dias para a licitante **EPIS INDUSTRIA E COMÉRCIO EIRELI** encaminhar suas contrarrazões, porém, não houve qualquer manifestação de sua parte.
3. Inicialmente, verifica-se que no dia 07/01/2020 foi aberto o prazo para que as licitantes manifestassem a suas intenção de recorrer, conforme previsto no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 e nº art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06, tendo as empresas deixado decair os seus direitos, cabendo a Pregoeira o encerramento da Sessão e adjudicação dos objetos às empresas vencedoras (10287511).
4. Contudo, o pedido será analisado conforme assegura o art. 5º, XXXIV, alínea “a”, da Constituição Federal que reza: “*são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;*”.
5. O Pregoeiro julgou pela **PROCEDÊNCIA** do pedido formulado pela empresa **KRIPTON INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA – ME**, reformando a sua decisão para **DECLASSIFICAR** a proposta da empresa **EPIS INDUSTRIA E COMÉRCIO EIRELI**, para os itens 1 e 2 (10287801).
6. Desde logo, cabe enfatizar que a presente análise se restringe ao caráter jurídico dos recursos administrativos ora submetido a exame, não sendo considerados os aspectos técnicos ou econômicos da avença, ou de conveniência e oportunidade, cujo ônus recai sobre a Autoridade Competente.
7. Também não se está aqui analisando o processo administrativo na sua inteireza, mas apenas naquilo que concerne aos seus aspectos jurídicos dos recursos administrativos, em face da presunção de legitimidade e de veracidade dos atos administrativos.

8. Dito isso, passe-se a análise.

9. Alega que a recorrente que a recorrida **EPIS INDUSTRIA E COMÉRCIO EIRELI** não atendeu todas as exigências do Edital e seus anexos (9274930), pois deixou de apresentar a Declaração e "Relatório de Ensaio" realizado por laboratório certificado pelo INMETRO que comprovasse a qualidade dos materiais exigidos nos itens 1 e 2, bem como, os catálogos/folders para constatação das especificações técnicas e caracterização dos objetos, conforme subitem 11.5.2.

10. No que diz respeito a Declaração e "Relatório de Ensaio", analisando a Proposta da recorrida **EPIS** (10285486), verifica-se de fato a ausência de tais documentos, descumprindo assim a exigência prevista no item 6 (Especificação Técnica) do Anexo I do Edital, assistindo razão a recorrente.

11. Com efeito, é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, restem feridos os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

12. Desta forma, cabe a Administração o reexame dos atos do processo com fundamento no próprio art. 109, II da Lei nº 8.666/93 e ainda no princípio da autotutela administrativa, pois assim é a lição de José dos Santos Carvalho Filho:

“A autotutela envolve dois aspectos quanto à atuação administrativa: 1) aspectos de legalidade, em relação aos quais a Administração, de ofício, procede à revisão de atos ilegais; e 2) aspectos de mérito, em que reexamina atos anteriores quanto à conveniência e oportunidade de sua manutenção ou desfazimento”. (p. 25).

13. Em apertada síntese, a autotutela abrange o poder de anular, convalidar e, ainda, o poder de revogar atos administrativos, estando expressa no art. 53 da Lei nº 9.784/99, art. 14 da Lei Estadual 3.830/2016, assim como na Súmula nº 473 do STF:

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 14. A Administração Pública Estadual deve invalidar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade respeitados os direitos adquiridos, sempre assegurando a ampla defesa e o contraditório.

Súmula 473 do STF. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

14. Quanto a exigência de catálogos/prospectos/folders, esta Procuradoria sedimentou o entendimento que tais documentos servem como forma de complementação das propostas, portanto, à ausência dos mesmos por si só não é motivo para a desclassificação, visto que as informações da proposta podem ser complementadas por meio de diligência.

15. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União-TCU, já se manifestou em diversos julgados acerca da desclassificação das propostas sem que se possa ser suprimida por meio de diligência, a fim de complementar informação já contida.

Por essa razão e tendo em vista a especificidade e o grau de detalhamento das exigências do edital, poderia o MTE ter diligenciado o banco, com vistas a obter as informações faltantes. Vale dizer que a inabilitação de licitante, em razão de ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, desde que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes, caracteriza inobservância à jurisprudência do TCU (Acórdãos 1924/2011, 747/2011 e 918/2014, todos do Plenário). Acórdão 2873/2014 - Plenário

16. Assim sendo, a desclassificação da proposta pela ausência de catálogos/prospectos/folders, só poderia ocorrer em caso de impossibilidade de identificação das especificações correta dos produtos ofertados, o que não foi demonstrado nos autos pela i. Pregoeira.

17. Ante o exposto, com base no princípio da autotutela, opinamos pela manutenção parcial do julgamento da Pregoeira, dando-lhe **PARCIAL PROVIMENTO** ao pedido interposto pela

recorrente **KRIPTON INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA – ME**, para desclassificar a proposta de preços da recorrida **EPIS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME**, nos itens 1 e 2.

18. A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

19. O presente parecer dispensa aprovação pelo Procurador Geral do Estado, consoante determina o art. 9º, inciso I, da Resolução 08/2019/PGE/RO/2019/PGE-GAB.

20. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso à decisão superior, conforme previsto no art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.



Documento assinado eletronicamente por **Lauro Lucio Lacerda, Procurador do Estado**, em 15/04/2020, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0011077738** e o código CRC **77064DAD**.